



COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL: O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA (L2) A ALUNOS INDÍGENAS DA ETNIA XAVANTE, MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS URBANAS DE BARRA DO GARÇAS – MT

Marly Augusta Lopes de Magalhães¹

Mônica Maria dos Santos²

Aníbal Monteiro de Magalhães Neto³

RESUMO: O vazio deixado pela ausência de estudos voltados para a nova realidade que se espelha no cotidiano escolar, levou-nos a elaborar o artigo que se constitui em um recorte do projeto de extensão *Interculturalidade nas escolas públicas urbanas: resultados e desafios*, realizado com alunos indígenas da etnia xavante⁴ em escolas públicas urbanas na cidade de Barra do Garças/MT. Como base de análise, estudou-se a convivência e adaptação de alunos indígenas no cotidiano escolar numa perspectiva intercultural. Essa convivência encontrará formas de convívio sociointeracional mais harmonioso entre os diferentes povos. Pretende-se, neste artigo, discutir a postura intercultural sobre os papéis de professores de alunos indígenas em escolas públicas urbanas na cidade de Barra do Garças/MT, na difícil tarefa de mediadores culturais, com respeito ao ensino de português como segunda língua (L2) para alunos indígenas da etnia xavante. Parte-se do entendimento de que os professores que atuam em contextos de diversidade cultural devem ser mediadores não só das culturas dos povos indígenas, mas também mediadores das heterogeneidades que se manifestam no dia a dia da sala de aula. Essa postura é essencial para que o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa (L2), voltados a alunos indígenas em espaços educacionais públicos urbanos, sejam mais significativos e menos preconceituosos. Para a realização da pesquisa utilizamos a metodologia qualitativa que, por meio da observação participante, possibilitou-nos a descrição da complexidade do ambiente escolar urbano no tocante às relações sociointeracionais.

PALAVRAS-CHAVE: interculturalidade, escolas públicas, alunos indígenas.

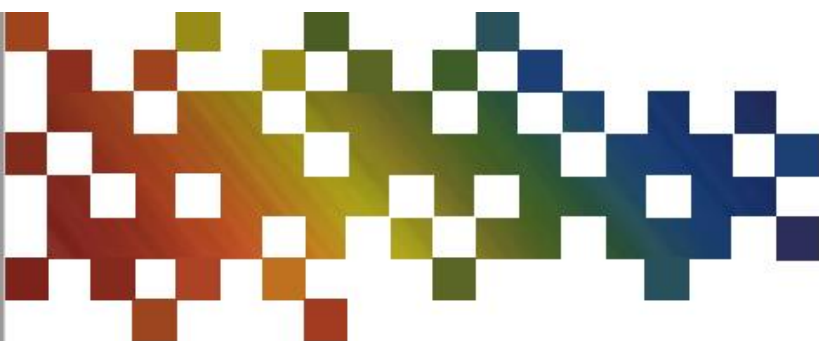
¹ Doutora em Ciências Linguísticas pela Universidad Central de Las Villas – Cuba. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT

² Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT

³ Doutorado em Genética e Bioquímica pela Universidade Federal de Uberlândia, Brasil (2011) Professor Colaborador da Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT

⁴ De acordo com a explicação de um professor indígena, não se flexiona a palavra xavante.

Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.38.1, p. 01-192, maio-agosto.2018.



INTERCULTURAL COMMUNICATION: THE TEACHING OF THE PORTUGUESE LANGUAGE (L2) TO INDIGENOUS STUDENTS OF THE XAVANTE ETHNICITY, REGISTERED IN URBAN PUBLIC SCHOOLS IN BARRA DO GARÇAS – MT

ABSTRACT: The emptiness left by the absence of studies aimed at the new reality that is reflected in daily school life led us to elaborate the article that constitutes a part of the outreach project *Interculturality in urban public schools: results and challenges*, carried out with indigenous students of the Xavante ethnic group in urban public schools in the city of Barra do Garças/MT. As a basis of analysis, the coexistence and adaptation of indigenous students in daily school life in an intercultural perspective was studied. This article aims to discuss the intercultural perspective of the roles of teachers of indigenous students in urban public schools in the city of Barra do Garças / MT, in the difficult task of cultural mediators, regarding the teaching of Portuguese as a second language (L2) for indigenous students. We assume that teachers who work in contexts of cultural diversity should be mediators of not only the cultures of indigenous peoples, but also the heterogeneities that are daily manifested in the classroom. This position is essential for the teaching and learning of the Portuguese language (L2), aimed at indigenous students in urban educational spaces, to be more significant and less prejudiced. In order to carry out the research, we used the qualitative methodology that, through participant observation, enabled us to describe the complexity of the urban school environment in relation to socio-interactional relations.

KEYWORDS: interculturality, public schools, indigenous students.

LA COMUNICACIÓN ENTRE CULTURAS: LA ENSEÑANZA DE IDIOMA PORTUGUÉS (L2) ESTUDIANTES INDÍGENAS DE LA ETNIA XAVANTE, REGISTRADAS EN ESCUELAS PÚBLICAS DE BARRA DO GARÇAS - MT

RESUMEN: El vacío dejado por la ausencia de estudios dirigidos a la nueva realidad que se refleja en el cotidiano escolar, nos ha llevado a elaborar el artículo que se constituye en un recorte del proyecto de extensión Interculturalidad en las escuelas públicas urbanas: resultados y desafíos, realizado con alumnos indígenas de la etnia xavante en escuelas públicas urbanas en la ciudad de Barra do Garças / MT. Como base de análisis, se estudió la convivencia y adaptación de alumnos indígenas en el cotidiano escolar en una perspectiva intercultural. Se pretende en este artículo discutir la postura intercultural sobre los roles de los estudiantes maestros indígenas en las escuelas públicas urbanas en la ciudad de Barra do Garças / MT, la difícil tarea de Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.38.1, p. 01-192, maio-agosto.2018.



mediadores culturales con respecto a la enseñanza del portugués como segunda lengua (L2 para alumnos indígenas xavante. Se parte del entendimiento de que los profesores que actúan en contextos de diversidad cultural deben ser mediadores no sólo de las culturas de los pueblos indígenas, sino también mediadores de las heterogeneidades que se manifiestan en el día a día del aula. Esta postura es esencial para la enseñanza y el aprendizaje de la lengua portuguesa (L2), dirigido a estudiantes indígenas en los espacios educativos urbanos, son más significativos y menos crítico. Para la realización de la investigación utilizamos la metodología cualitativa que, por medio de la observación participante, nos permitió la descripción de la complejidad del ambiente escolar urbano en lo que se refiere a las relaciones sociointeraccionais.

PALAVRAS CLAVE: interculturalidad, escuelas públicas, alumnos indígenas.

Introdução

As relações entre povos indígenas e não indígenas têm se tornado cada vez mais estreitas e, conseqüentemente, mais complexas em virtude de migrações cada vez mais constantes da aldeia para a cidade. As razões sociais, históricas, políticas e econômicas para essa migração são variadas se considerarmos os distintos modos pelos quais ocorreram o contato desses povos com a sociedade majoritária e seus respectivos efeitos. Nesse sentido, a migração da aldeia para a cidade tem sido um acontecimento recorrente na história desses povos, cujas conseqüências incidem sobre diversos aspectos da organização sociocultural, vida familiar, divisão do trabalho, etc.

O objetivo deste trabalho é apresentar a abordagem do ensino da língua portuguesa (L2) a alunos indígenas da etnia xavante, matriculados em escolas públicas urbanas de Barra do Garças - MT, em uma perspectiva intercultural, ao mesmo tempo em que se considera as características gramaticais da língua materna (L1) desses alunos. As duas línguas apresentam tipologias diferentes, o que justifica a discussão de seus contrastes no âmbito da organização morfosintática de ambas, bem como questões relacionadas à semântica e pragmática, que, em certas situações de uso do português, oferecem dificuldades a esses alunos a se expressarem na língua alvo, isto é, o português. Desse modo, conscientes dessas diferenças entre as línguas como objeto de ensino e aprendizagem, o aluno indígena poderá perceber a distância que a língua impõe



aos falantes de diferentes etnias, tanto na maneira de informar quanto na de interagir com o seu interlocutor não indígena.

A interculturalidade, nesse contexto, deve ser levada em consideração, pois há que se acrescentar que o ensino e a aprendizagem nessa perspectiva, não apenas destacam traços de encontro e confronto entre povos de culturas distintas, mas, sobretudo, uma proposta que promova as relações sociointeracionais a partir da articulação entre os diferentes modos de representação do mundo.

Diante da nova realidade que se apresenta nas escolas públicas urbanas de Barra do Garças - MT, da constante presença do aluno indígena, o foco das aulas não pode ser mais aquele da gramática imanente, com fim em si mesma, mas, conforme Neves (2012, p.23), "[...]uma atividade de produção linguística a ensejar reflexão sobre a linguagem [...]". O desafio que se coloca é a ampliação da competência não só linguística, mas também comunicativa dos alunos indígenas em português (L2), a fim de que possam refletir o modo como o sentido é construído, e o que ele significa em certas situações de uso dessa língua.

Sabemos que é uma relação pouco estudada, mas que não pode ser ignorada, assim, o artigo é resultado de pesquisas realizadas com professores não indígenas em escolas públicas urbanas com apoio do CNPq/PROPEQ, vinculadas ao Grupo de pesquisa: Fronteiras, Culturas, Identidades: espaço de diálogo com os povos indígenas do Araguaia/Xingu. Para seu desdobramento teórico, elegeu-se a discussão sobre algumas propostas relacionadas à temática dos direitos indígenas no contexto de interculturalidade, como os trabalhos de, Pimentel da Silva (2006), Silva e Grupioni (1998), Seki (1993), Constituição Federal (1988), Walesko (2006), entre outros.

Noções argumentativas

Mais do que uma ferramenta a ser apresentada com requisito final de um projeto de pesquisa, o presente trabalho foi a fonte geradora de incessante inspiração, que nos



oportunizou um processo maior de reflexões sobre as marcantes desigualdades entre índios e não índios, bem como o respeito às diferenças individuais e as diversidades culturais, assim como aquelas voltadas para o diálogo e a liberdade de comunicação entre alunos indígenas da etnia xavante e alunos não indígenas matriculados em escolas públicas urbanas em Barra do Garças/MT.

Não resta dúvida de que estávamos diante de uma situação complexa que envolvia não só professores não índios e alunos indígenas, mas, sobretudo, o sistema educacional brasileiro, que não tem observado com a devida atenção a presença de novos atores sociais que estão deixando suas aldeias em busca de novos conhecimentos linguísticos e culturais em espaços escolares urbanos. Conforme acentua Magalhães e Santos:

As incessantes transformações das comunidades indígenas são a marca digital deste início de século. É preciso, portanto, que a comunidade não indígena aperfeiçoe seus mecanismos de contatos com essa nova realidade, a fim de que os direitos constitucionais desses povos, em contextos urbanos, não se tornem invisíveis. MAGALHÃES E SANTOS (2016, p.217).

Sabíamos que a luta pela igualdade entre indígenas e não indígenas não é recente, e as conquistas não são instantâneas, as mudanças têm sido marcadas pela persistência, que, ainda hoje, é buscada incansavelmente pelo reconhecimento de sua dignidade em todas as suas vertentes.

Em nossas observações, percebíamos que havia uma dificuldade muito grande no tratamento das questões indígenas, principalmente, nos espaços escolares urbanos. Como se pôde observar, pareceu-nos que é necessário, antes de tudo, educar a população a fim de coibir as atitudes discriminatórias e preconceituosas para com os estudantes indígenas. Sabemos que a dinâmica social está em constante mutação, assim, as relações interpessoais precisam ser modificadas constantemente e, com isso, os pensamentos, também, deveriam evoluir.



É necessário que haja desdobramento no sentido de elaborar um planejamento estratégico e fundamental, dentre outras iniciativas, para que os direitos indígenas previstos na Constituição sejam observados e respeitados. Como afirmam Puentes e Longarezi:

A escola é a instituição socialmente criada como espaço de humanização e desenvolvimento do homem, pela via da experimentação de mudanças qualitativas na sua vida psíquica, mediante as novas formações (linguagem, percepção, representação, imaginação, memória lógica, atenção, concentração, raciocínio lógico, pensamento teórico, resolução de problemas etc.) constituídas nos processos de ensino-aprendizagem. (PUENTES E LONGAREZI, 2013, p. 252)

Cabe considerar, ainda, que as exigências que se concretizam na demanda da liberdade de comunicação e do diálogo, só podem ser satisfeitas em cada situação que determina as escolhas culturais, sociais, psicológicas e textuais que se apreendem em todos os níveis da linguagem. Assim, passa-se as observações que raramente faltam nos estudos linguísticos, nas quais buscou-se fundamentação para a investigação. Segundo Neves:

O funcionalismo se interessa em analisar como se dá a comunicação a partir de uma língua natural, ou seja, como os usuários desta língua se comunicam com eficiência. Isso significa colocar sob exame a competência comunicativa do falante, levando em conta as estruturas das expressões linguísticas consideradas como configurações de funções. Portanto, no funcionalismo, ao se analisar uma situação comunicativa, são observados todos os envolvidos no processo: o contexto, os propósitos da fala e os participantes” (NEVES 2004, p.21).

Nessa linha de pensamento, a linguagem tem papel preponderante na construção do sujeito social. Através da linguagem verbal (falada ou escrita) e não verbal é possível



criar e destruir com igual força. É possível unir e separar vidas; é possível descrever as diversas epopeias ou, racionalmente, a natureza e suas façanhas.

A busca por um diálogo bem-sucedido revela, como consequência, outra necessidade que é a da interação entre os usuários da língua. O diálogo para se tornar pleno necessita estar em contato com outros diálogos, pois só assim é possível dar sentido ao processo comunicativo. Todo ato comunicativo tem como objetivo gerar sentidos através dos diversos códigos e meios, nos mais variados contextos. Ainda, em consonância com Neves:

Já se demonstrou à sociedade que ações episódicas não funcionam, e, pelo contrário, podem desestabilizar os processos, quer por estímulo criado por uma consciência de impotência, quer pela própria confusão que conceitos mal digeridos podem provocar (NEVES, 2002, p. 232).

Dessa forma, levando-se em consideração o contexto, os propósitos da fala e os participantes, o presente artigo é parte do projeto de pesquisa (CNPq): *A presença dos estudantes indígenas da etnia xavante no marco interacional das escolas públicas urbanas: uma estratégia de contato*, que foi desenvolvido junto aos professores que atendem alunos indígenas matriculados em escolas públicas, na cidade de Barra do Garças – MT.

A problemática central da pesquisa propiciou a elaboração de um projeto de extensão que foi desenvolvido em forma de Curso de Formação sobre *Cultura e Língua Xavante na perspectiva do ensino e aprendizagem dos estudantes xavante nas escolas urbanas*, o qual consistiu em analisar e refletir acerca de aspectos sociointeracionais referentes ao ensino de língua portuguesa (L2) em ambiente intercultural, especificamente, sobre o ensino/aprendizagem dos alunos indígenas da etnia xavante.

Para o desdobramento do projeto contamos com o apoio dos professores formadores do CEFAPRO - Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação - e alguns docentes do Campus Universitário do Araguaia (CUA/UFMT) e



professores indígenas que atuam tanto em escolas públicas municipais quanto estaduais. O que foi válido para a troca de conhecimentos não só para os professores indígenas/não indígenas, bem como para proporcionar um momento de construção e reconstrução de novas práticas pedagógicas.

Na execução do projeto *A presença dos estudantes indígenas da etnia xavante no marco interacional das escolas públicas urbanas: uma estratégia de contato* priorizamos a pesquisa etnográfica, por meio da qual se desenvolveu trabalho de campo no contexto sociointeracional dos estudantes indígenas da etnia xavante no cenário escolar urbano de Barra do Garças. Nesse projeto, foram utilizadas técnicas e procedimentos etnográficos para atender à realidade do trabalho de campo. Nesta perspectiva, o processo de pesquisa foi determinado explícito ou implicitamente pelas questões propostas pelos pesquisadores. As referidas técnicas foram desde a observação participante até as entrevistas formais e informais, as quais ofereceram maior riqueza e variedades dos dados, que foram importantes na análise e na interpretação do *corpus* selecionado. Essas técnicas permitiram uma compreensão integral do objeto de estudo, bem como sua realidade histórica e intercultural.

Descrição do projeto

O projeto de extensão *Curso de Formação sobre Cultura e Língua Xavante na perspectiva do ensino e aprendizagem dos estudantes xavante nas escolas urbanas* teve como finalidade verificar junto aos professores indígenas e não indígenas como eram desenvolvidas as atividades aplicadas ao ensino da língua portuguesa em contexto de interculturalidade, propostas em sala de aula. Centrou-se, assim, em conhecer o desafio que se junta à necessidade cada vez mais proeminente de preparar os professores e alunos indígenas para enfrentar um mundo cada vez mais globalizado, sem grandes fronteiras geográficas e cada vez mais exigente ao nível profissional e sociointeracional,



para o que se deve perspectivar não só como um ser individual, mas também, um cidadão intercultural. Para Pimentel da Silva e Rocha:

[...] o entendimento da interculturalidade pode constituir-se numa forma de dissolução de relações colonialistas, (que se mantêm na escola e na sociedade dita majoritária), possibilitando a dissolução de subalternizações e exclusões. Para tornar possível esse pensar, sentir, agir plural, que incorpora e articula, ao invés de excluir, é necessário criar espaço para o diálogo. Essa perspectiva supõe a aceitação de lógicas distintas. Nesse sentido, os princípios da interculturalidade e da transdisciplinaridade favorecem, na prática, articulações aparentemente não possíveis. Essa concepção de educação desperta no sujeito atitude de curiosidade, abertura de espírito, gosto pela cooperação, pelo trabalho em parceria (PIMENTEL SILVA & ROCHA, 2006, p.10).

Dessa forma, o referido curso de extensão estava, portanto, fundamentado nos princípios da interculturalidade e na interdisciplinaridade em que, de acordo com os autores:

[...] são “entendidos de forma dialógica, tanto no que se refere à relação entre as diferentes culturas quanto à interação entre as várias áreas do saber”. O currículo é concebido de “modo crítico, produtivo e útil, que permite ressaltar seu caráter político e histórico e entender a instituição escola não apenas como um lugar onde se realiza a (re)construção do conhecimento, mas, além disso, como um lugar onde se reflete criticamente acerca das implicações sociais, políticas e econômicas (PIMENTEL SILVA & ROCHA, 2006, p. 4).

A atual realidade desafia o nosso repensar histórico sobre os professores indígenas e não indígenas, principalmente, aqueles que trabalham com alunos indígenas em escolas públicas urbanas na cidade de Barra do Garças. Trata-se, nos dias atuais, de um período ainda cheio de opiniões e controvérsias para os que pretendem intensificar as relações sociointeracionais no ensino de língua portuguesa como segunda língua (L2) e, ao mesmo tempo, resguardar o respeito pela sua língua materna. Para Gonçalves, Lima Hernandez e Casseb-Galvão:



A maioria das escolas tem virado as costas para a gramática da língua portuguesa já há algumas décadas, e os professores - ainda que insatisfeitos com a produção e o desenvolvimento de seus alunos na disciplina de língua portuguesa - não têm tido forças suficientes (ou argumentos consistentes) para arriscar uma defesa de revisão de seu papel na escola (GONÇALVES, LIMA HERNANDEZ & CASSEB-GALVÃO, 2007, p.162).

O que se pode observar é que, apesar dos avanços dos estudos linguísticos na construção de uma pedagogia voltada para os aspectos interculturais e sociointeracionais, o ensino da língua portuguesa, nas escolas públicas urbanas, ainda recente de alguns desdobramentos que destaque os usos e as funções da língua nas mais variadas situações sociocomunicativas. Assim, conforme enfatiza Santos *apud* Walesko, a prática de ensino em uma perspectiva intercultural deve ser

[...] [uma] ação integradora capaz de suscitar comportamentos e atitudes comprometidas com princípios orientados para o respeito ao outro, às diferenças, à diversidade cultural, que caracteriza todo o processo de ensino/aprendizagem de línguas, seja ele de línguas ou de qualquer outro conteúdo escolar. É o esforço para a promoção da interação, da integração e cooperação entre os indivíduos de diferentes mundos culturais. É o esforço para se partilhar as experiências, antigas e novas, de modo a construir novos significados (SANTOS, 2004, p. 154 *apud* WALESKO, 2006, p.26).

Hoje, entende-se que a identidade sociocultural é, em grande parte, estabelecida e mantida pela linguagem. Isso se deve não só às características históricas e ideológicas por meio das quais os grupos são estruturados, como também pelos símbolos de identidade criados que modelam e direcionam as formas discursivas. Os estudos linguísticos e interculturais têm demonstrado a importância fundamental que o contexto cultural desempenha sobre a linguagem na identificação e manutenção dos valores, comportamentos, costumes e tradições compartilhados entre os falantes de um grupo social.



Nesse conflito de identidades, em que diferentes grupos étnicos são confundidos ou reduzidos sob uma aparente ‘homogeneidade’, por um lado, há a insegurança do professor, que atua em situações de diversidade linguística e cultural, e que desconhece totalmente a língua desses alunos e, principalmente, a sua cultura. Por outro lado, o aluno indígena é interpelado por conceitos complexos com respeito ao ensino e aprendizagem da língua alvo, isto é, o português. Para ambos, professores não indígenas e alunos indígenas não deixa de ser uma violência, porque para cada um desses segmentos houve uma invasão em seus horizontes de sentidos, invasão de suas potencialidades, de suas identidades.

O professor não indígena e os alunos indígenas ficam em uma posição de alienação; o professor por não entender a cultura do aluno indígena, não se esforça para ajudá-los; os alunos indígenas alienam-se nas mãos de pessoas que, a princípio, seriam para eles o elemento mediador, ou seja, a pessoa que iria ajudá-los a superar as dificuldades encontradas no cenário escolar na construção e apropriação de novos conhecimentos. No entanto, a barreira cultural não é transposta o que provoca cada vez mais o distanciamento entre ambos. De acordo com Magalhães:

[...] Precisamos, acima de tudo, de novos paradigmas que venham auxiliar na compreensão da complexa relação social que se estabelece entre alunos adolescentes e jovens de diversas etnias indígenas com os demais sujeitos que vivem em diferentes espaços das escolas públicas brasileiras. (MAGALHÃES, 2008, p. 137).

Observa-se que esses fatores se configuram como uma barreira cultural, impedindo que alunos indígenas ampliem e aprofundem seu conhecimento bem como sua proficiência na língua portuguesa (L2), e também a cultura do não índio, objetivos pelos quais eles deixam o seu ambiente natural, pois acreditam que o aprendizado da língua portuguesa é a condição primeira para a sua ascensão à cultura do não índio. Segundo Comenius:



Cada língua deve ser aprendida em dado tempo, para que não se torne principal o que é secundário, e não se perca com palavras o tempo devido ao estudo das coisas. A língua materna requer necessariamente vários anos, pois está ligada às coisas que aos poucos se apresentam a nossa mente (COMENIUS, 2006, p. 256).

Diante deste cenário, para alunos indígenas o domínio da língua portuguesa, conforme Magalhães (2008, p. 143), [...] “demonstra a importância que eles atribuem a esse processo de aquisição linguística, consolidação e expansão de seus conhecimentos, a fim de implementar uma maior autonomia e fortalecer a defesa de sua própria identidade cultural”, não percebem que para que isso aconteça é necessário um processo bem mais longo e complexo de mudanças. Existe aí toda uma estrutura social que precisa ser abalada, modificada em seus quadros de referência, para que possa servir a esses alunos de ancoragem concreta no mundo das tão frequentes desigualdades sociointeracionais. O que Hall (2001, p.9) chamou de “[...] perda de um sentido de si [...]”. O que o aluno indígena ainda não é capaz de perceber é que existe um espaço limitado, que a sua própria identidade, constitui um limite. Quando a pessoa tem conhecimento de seus limites, ou seja, de sua identidade, torna-se mais fácil para ela encontrar as suas possibilidades.

O deslocamento de alunos indígenas da aldeia para a cidade representa para eles a ausência de seus horizontes de sentidos; a eles são negados quase todos os seus elementos de identificação com o seu mundo natural. É preocupante o fato de que eles não conseguem potencializar as suas qualidades e isso os torna iscas fáceis para serem desviados de seus centros de subjetividade; é uma forma de estar sem estar, de viver sem viver. Para Seki:

Desequilibrados entre dois mundos quase impossíveis de combinar, não há como exigir dos índios coerência. Querem ser índios como os antepassados e reafirmar tradições; querem experimentar novas formas, tentadoras, avassaladoras, as dominantes na sociedade. O pêndulo entre o interesse individual e a fiel defesa do comunitário é um dos traços desse dilema (SEKI, 1993: p. 131).



Dessa forma, os jovens indígenas não sabem o que buscar, não se fixam na cidade, porque não encontram apoio; há sempre negações que são latentes. Não se fixam nas aldeias, porque acreditam que na cidade podem encontrar a possibilidade de ascensão social e, até mesmo, individual. Essa perda de identidade, muitas vezes, provoca desvio de comportamento; não vão para as escolas, objetivo primeiro, ou ainda, se perdem nas drogas, bebidas, nas *lan house*, na alimentação artificial dos *pit dogs*, porque se sentem privados em determinados espaços urbanos. Privados de suas liberdades passam a ser vítimas de quase todos os processos sociais do não índio.

Ao vir para a cidade, acreditam que vão encontrar novas oportunidades para refazer suas vidas, ou seja, modificá-las; esperam reencontrar nos espaços urbanos, uma sociedade que os receba com dignidade, e que as portas de um trabalho possam abrir-se; e acreditam, ainda, na reintegração do não índio com o indígena, e isso é muito difícil de acontecer, de acordo com as observações realizadas na pesquisa, pois ainda existe uma grande barreira cultural e linguística que os separa.

Considerações Finais

O aluno indígena transita pelos terrenos minados da estrutura do não índio e sofre na condição de um ser desprotegido. Está sempre trancado no cativeiro de sua cultura e sua língua, porque ele é incapaz de manifestar-se, contrariamente, diante de seu professor, como fazem os alunos não indígenas. Isso acelera ainda mais o processo de distanciamento entre o que ele sabe e o que lhe é ensinado. Nessa tentativa de acertar e de sobreviver fora de suas aldeias é que muitos deles se perdem, no mundo das bebidas, das drogas, dos jogos e com isso perdem a oportunidade de fazer valer os direitos já constituídos.

A Legislação Indigenista Brasileira (Normas Correlatas, 2003), deu início a um ciclo de discussões sobre a agenda que trata dos direitos dos povos indígenas em nosso país, tendo como paradigma as conquistas estabelecidas na Constituição Federal de



1988. Os termos nela contidos serviram para nortear o processo de repensar o futuro das nações indígenas, tendo em vista as implicações que acarretam a preservação de suas culturas, seus direitos como cidadãos, bem como de suas fontes linguísticas. Repensar, sobretudo, na dinâmica e crescente integração tanto nas dimensões sociais, como espaciais.

Para tanto, o debate sobre o tema educação, sem exaurir, contudo, o seu crescimento tanto nos espaços rurais como nos espaços urbanos, exercícios que revestem atualmente de enorme importância, quando se leva em consideração as incertezas, tão frequentes em nossas molduras nacionais.

A escola passa a configurar-se, então, como um espaço da constituição das práticas sociointeracionais que vão sendo tecidas no dia a dia desses alunos em espaços urbanos. Enfim, há muito trabalho para ser feito e os desafios são cada vez maiores. O que se pode perceber, então, é que os discursos que circulam na Constituição sobre os direitos dos povos indígenas, são silenciados dentro e fora das molduras escolares. Mais do que estar atentos a esses acontecimentos, deve-se também preocupar-se com os caminhos e trajetórias percorridas por esses alunos, nos espaços urbanos, independente de qualquer vínculo com o sistema escolar.

Referências

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COMENIUS. **Didática Magna**. Tradução Ivone Castilho Benedetti – 3ªed.- São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (org.). **Introdução à gramaticalização**: princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 207p. ISBN: 978-85-88456-70x.



HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva-11. ed.-Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALHÃES, E D. *Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas*. 2ª edição – Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.

MAGALHÃES, Marly Augusta Lopes de. Fricções Linguísticas nas interações escolares: o caso dos alunos Xavante no Médio Araguaia. In: COX, Maria Inês Pagliarini (Org.). *Que Português é esse? Vozes em conflito*. São Carlos: Pedro & João Editores/ Cuiabá: EdUFMT, 2008.

MAGALHÃES, Marly Augusta Lopes de. SANTOS, Mônica Maria dos. Alunos indígenas da etnia Xavante e professores não índios: o ensino da língua 2 em contexto de interculturalidade. *Caderno de Letras*, nº 27, Jul-Dez - 2016 - ISSN 0102-9576.

NEVES, M.H.M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NEVES, M.H.M. **A Gramática passada a limpo**: conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NEVES, M.H.M. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PIMENTEL DA SILVA, M. S; ROCHA, Leandro M. Educação bilíngüe intercultural entre povos indígenas brasileiros. *Extensão e Cultura (UFG)*, v. n2, p. 7-182, 2006.

PUENTES, Roberto Valdés. LONGAREZI, Andréa Maturano. Escola e Didática Desenvolvimental: seu campo conceitual na tradição da teoria histórico-cultural. *Belo Horizonte: Educação em Revista*, v. 29, n. 01, p. 247-271, mar. 2013.

SEKI, Lucy (org.). **Linguística Indígena e Educação na América Latina**. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1. 408 p.

SILVA, Aracy Lopes de. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **A Temática Indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 2 ed. São Paulo: Global Editorial, 1998.